



O FISCO CONTRA A CORRUPÇÃO

Passados os acalorados debates eleitorais, havia a expectativa de alguns de que as festas de fim de ano e o carnaval fizessem a sociedade esquecer dos escândalos de corrupção que não param de surgir. A sociedade amadureceu a duras penas, não aceitando que sejam considerados normais tantos desvios, tanta sujeira.

A carga tributária altíssima que pesa sobre o bolso do cidadão, recheando preços cada vez mais insuportáveis em energia elétrica, combustíveis, alimentos e serviços, faz com que o cidadão se sinta duplamente roubado pelos constantes casos de corrupção e por inúmeros casos de mau uso ou desperdício de recursos públicos.

O Fisco Catarinense, responsável por garantir que

os impostos cheguem aos cofres públicos para suprir às necessidades de serviços públicos de qualidade ao cidadão, também se sente ofendido a cada caso de corrupção. Os recursos desviados ou roubados do cidadão foram arrecadados como impostos, fruto do suor do trabalhador brasileiro, e objeto de trabalho sério de profissionais do Fisco. Por outro lado, não fosse o trabalho do Fisco em fiscalização constante em grupos organizados para sonegação fiscal, o volume de caixa dois a financiar tantas atividades escusas talvez fosse até maior. Uma fiscalização forte e independente, sem interferências políticas, é o caminho para acabar com o famoso “caixa dois”, que financia atividades e organizações criminosas.

A IMPORTÂNCIA DO FISCO FORTE

A FENAFISCO – Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e Distritais está conduzindo uma campanha nacional pela aprovação da PEC 186, apelidada de “PEC DA EFICIÊNCIA”.

Esta proposta de Emenda Constitucional garante às atividades de fiscalização tributária uma blindagem contra desmandos e interferências políticos, muitas vezes originados de pressões de grupos empresariais com interesses escusos, que querem garantir que não haja controle do Fisco sobre suas atividades. Esta PEC está intimamente ligada ao combate à corrupção, nas suas mais diferentes formas. A Corrupção que se inicia nas campanhas eleitorais, que criam obrigações aos eleitos e fazem dos financiadores privados seus credores multimilionários. A

conta da campanha muitas vezes é convertida em favores fiscais e legislações que beneficiam setores ou grupos empresariais.

A campanha da FENAFISCO segue agora para sua terceira fase, com mobilização nacional por meio de Petição Pública pelo AAVAZ (https://secure.avaaz.org/po/petition/Aprovar_a_PEC_186) e com uma ferramenta de Facebook que permite que o eleitor interceda diretamente ao deputado federal ou senador da sua região, pedindo-lhe a votação da PEC 186.

A campanha já tem mais de 53.000 adeptos na internet.

Conheça mais em www.facebook.com/186PECdaEficiencia.

PRESSÃO INFLACIONÁRIA

A inflação acumulada no setor de alimentos chegou aos 9% em fevereiro. O índice de preços ao consumidor, IPCA, chegou a 7,7%. Muito se atribui à falta de água para efeitos da inflação de alimentos. Mas os efeitos mais contundentes e a pressão nos preços será sentida a partir dos recentes aumentos

em energia elétrica, nos combustíveis e do dólar. Energia elétrica e combustíveis são custos insubstituíveis para a indústria nacional, altamente dependente do transporte rodoviário. O dólar por sua vez, impacta diretamente nas planilhas de custos das empresas que dependem de insumos importados.

SANTA CATARINA E O DÓLAR

O cenário econômico internacional, especialmente a recuperação da economia americana, impulsionaram o dólar para a casa dos R\$ 3,00. Fatores macroeconômicos indicam que deve permanecer por um bom tempo neste patamar, que já poderia ter sido alcançado há alguns meses, se não fossem as intervenções do Banco Central.

Para Santa Catarina, esta conjuntura impacta diretamente nas contas das empresas. As empresas exportadoras catarinenses ganham certa competitividade na conversão dos seus produtos para o dólar. Ao mercado externo, seus preços ficam mais baixos.

Por outro lado, empresas importadoras sofrerão alterações em suas planilhas de custos com a alta do dólar: matérias-primas e insumos importados ficarão mais caros.

Como as políticas tributárias e de desenvolvimento do estado aumentaram enormemente o perfil das operações catarinenses de importação, é provável que haja pequenos ajustes na balança comercial catarinense em breve. E, provavelmente, mudança de preços dos produtos catarinenses que dependem de insumos importados.

ARRECADAÇÃO RETRAÍDA

A arrecadação de 2014 fechou com alta superior a 11%, resultado muito superior ao alcançado pelas receitas controladas pela União, e também por outros estados brasileiros. Os bons resultados dos últimos anos acompanharam, de certa forma, um descolamento da economia catarinense em relação ao desempenho das médias nacionais, seja em geração de empregos, de cresci-

mento econômico ou de movimentação do comércio internacional. Porém, os seguidos aumentos acumulados tornam a missão para 2015 ainda mais difícil, pois qualquer aumento a ser medido sobre a base de 2014 será um incremento a ser conquistado com esforço fiscal extraordinário.